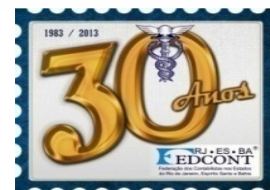




BOLETIM ANO IV – Nº 181

Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 2014



Seminário discute práticas do terceiro setor com a participação da FEDCONT



Foto: Eliane Carvalho

O III Seminário de Prestação de Contas do Terceiro Setor reuniu, no dia 07 de agosto, um time de profissionais gabaritados para apresentar uma série de questões voltadas para as entidades sem fins lucrativos. Entre elas: formas de controle e transparência, aspectos jurídicos e impactos decorrentes das Normas Contábeis e do novo decreto 8.242/2014. Sediado no auditório Mario Lorenzo Fernandez, o evento é uma realização do CRCRJ e da Fundação Roberto Marinho em parceria com o SINDICONT- Rio, SESCON-RJ, UNIPEC-RJ, FEDCONT, ACCERJ e APJERJ.

A mesa de abertura, que introduziu as palestras realizadas ao longo do dia, contou com a participação da presidente do SINDICONT- Rio, Lygia Sampaio; o vice-presidente do CRCRJ, Francisco Alves; o gerente administrativo-financeiro e procurador da Fundação Roberto Marinho, Luiz Henrique Cordeiro; o representante do presidente da FEDCONT, Egberto Bastos e o presidente do IBRACON, Paulo Buzzi Filho.

Para Francisco Alves, o aprimoramento da prestação de contas das entidades do terceiro setor atende primordialmente ao interesse público. Deste modo, Luiz Henrique Cordeiro completou: "Com o objetivo de gerar resultados cada vez mais efetivos, é essencial investir ainda mais na profissionalização direcionada para as instituições do terceiro setor".

Fonte: Site do Sindicont –Rio – 13.08.2014

Estagflação: período de recessão leva pessimismo aos mercados populares

Desde a Copa, comerciantes não conseguiram aquecer as vendas e desemprego é inevitável

Jornal do Brasil

Por Cláudia Freitas

Corredores cheios, lojas lotadas, vendas aquecidas e produtos a "preço de banana". Os mercados populares não são mais os mesmos desde a Copa do Mundo. Em uma visita esta semana a três dos principais pólos de venda do Rio de Janeiro - Mercado de Madureira, na Zona Norte, Saara, no Centro, e Mercado Popular da Rocinha, na Zona Sul - foi possível perceber o fenômeno econômico conhecido como "estagflação", caracterizado por um cenário típico de recessão, com a diminuição das atividades econômicas e o aumento dos índices de desemprego. A palavra é uma fusão de estagnação (econômica) e inflação.

Os três mercados, que neste período do ano recebem um número significativo de consumidores, amargam atualmente tímidas vendas e os comerciantes foram levados a diminuir o seu quadro funcional e tentar nas promoções uma saída para movimentar os estoques. Um dos efeitos mais evidentes dos períodos de estagflação são as demissões em massa. Na prática, o processo começa com o baixo faturamento, a estagnação dos estoques de mercadorias, levando a classe empresarial ao prejuízo e a tomar as devidas medidas emergenciais de contenção de despesas: dispensa dos funcionários e estampar as prateleiras com os avisos de promoção, na tentativa de estimular o consumo.

O presidente da Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara), Ênio Bittencourt, acredita que os comerciantes do mercado popular da Saara, no Centro do Rio de Janeiro, nunca viveram um período tão crítico de recessão. Com um ar de seriedade e preocupação, Ênio já revelou no início da entrevista a dificuldade que vem encontrando nas vendas - "você acredita que quinta-feira (21) nós fechamos o dia com menos de mil reais de faturamento? Isso nunca tinha acontecido", lamentou o comerciante.

Ciente do período de estagflação no país, Ênio pondera que, além do processo econômico, outros fatores contribuíram para o desaquecimento das vendas no mercado do Saara, que segundo ele teve como marco a Copa do Mundo. "As pessoas realmente estão endividadas, o governo tomou medidas financeiras que refletiram no bolso do consumidor, mas aqui no Centro do Rio tivemos dois agravantes: as obras da prefeitura para a Copa e a mudança radical no trânsito, que com certeza afugentou a nossa clientela", enumerou.

Atuando há 53 anos no mercado do Saara, Ênio classifica a atual crise como "muito séria", com queda aproximada de 60% das vendas no primeiro semestre deste ano, além das demissões dos empregados das 650 lojas associadas, que numa contabilidade geral atinge 10%. O faturamento dos comerciantes caiu em 40% e os estoques de antes da Copa ainda estão parados, de acordo com o panorama dado pelo presidente da sociedade de amigos.

O gerente de loja Lealtex, uma das mais tradicionais do Saara, Afrânio Alves, faz uma avaliação bem próxima à de Ênio, revelando que o seu negócio teve uma queda de 50% no faturamento desde o mês de junho. "Não é hábito na nossa empresa demitir funcionários, isso é muito raro, mas estamos preocupados e receosos de chegar ao ponto que essa medida seja inevitável", disse Alves. Segundo os números fornecidos por ele, a loja recebia há dois meses uma média de 130 clientes. Hoje, os talões acusam, no máximo, 60 vendas diárias.

Lojas vazias são sinônimos de recessão também no comércio de alimentos no entorno dos mercados populares. "Tivemos períodos aqui de descer as portas depois das 22 horas, ainda com

clientes procurando por lanches. Agora, 18 horas já está tudo vazio. Realmente, estamos sentindo os efeitos da crise", disse o dono da Padaria e Confeitaria La Doce Vita, no Saara, José Alves Gomes. O gerente da padaria, Isaiás Souza Damasceno, acrescentou que as vendas caíram 20% nos últimos meses e, com isso, a direção da loja teve que enxugar o quadro de funcionários na mesma proporção.

Enquanto os comerciantes procuram na promoção uma alternativa de movimentar os estoques, os consumidores gastam mais tempo na procura da melhor oferta. "Tem que pesquisar, mesmo com os cartazes de promoção. Eu ando o dia inteiro anotando os preços para depois optar pelos produtos e locais mais baratos", disse a dona de casa Maria Rosevania, de 27 anos. Para a subsíndica da associação de comerciantes do Mercado de Madureira, Sheila Reis, houve um pequeno aumento no preço de alguns artigos, decorrente dos impostos e contribuição tributária. "Estamos com queda nas vendas e ainda temos que manter em dia as nossas obrigações tributárias, com isso não temos outra alternativa senão repassar para o consumidor", analisou a comerciante.

Segundo Sheila, após a Copa do Mundo o fluxo de clientes caiu em média 10% no Mercado, mas o desemprego ainda não chegou ao pólo comercial. Para driblar a crise, os lojistas criaram um esquema inteligente de funcionamento, que evita a concorrência. "A gente evita comercializar os mesmos itens que as lojas próximas, pelo contrário, combinamos artigos complementares e fazemos a indicação para o cliente. Assim todo mundo sai ganhando e evitamos uma recessão", disse Sheila. A variedade de produtos no Mercado é o que mais agrada a aposentada Cristina Pastor, de 58 anos. "Aqui a gente consegue encontrar de tudo e com preços variados, o que facilita a pesquisa", disse a consumidora, que estranhou os corredores vazios no decorrer desta semana. "Tem um bom tempo que eu não venho aqui e realmente está com muito pouca gente comprando. Bem diferente de tempos atrás", observou a aposentada.

O comerciante José Gonçalves Branco, que tem uma mercearia no segundo piso do Mercado, encontrou uma alternativa para não ter muitas despesas nesse período de estagflação. "Só tenho um funcionário e é da minha família. Realmente tivemos uma baixa nas vendas", confirmou ele.

Na Rocinha, vendas preocupam comerciantes que não têm mais como economizar.

Sem saber muito bem o significado da palavra estagflação, a presidente da associação de lojistas do Mercado Popular da Rocinha, Iris Maria Santos, vem sentindo os efeitos do fenômeno na rotina do pólo comercial, que conta com 220 barracas e tem uma circulação de cerca de 10 mil moradores da comunidade, diariamente. "Se todo mundo que passa por aqui comprasse, seria muito bom", comentou Iris.

Segundo a comerciante da Rocinha, as vendas tiveram uma ligeira queda nos últimos meses, mas ela não sabe identificar os fatores que provocaram o declínio. A sua maior preocupação à frente da associação, é com a manutenção do local. "A gente depende das vendas para pagar os nossos colaboradores para varrer os corredores, esvaziar as lixeiras e manter o pólo sempre limpo. A nossa renda vem apenas dos moradores da comunidade que compram aqui, porque não temos consumidores de outros lugares do Rio", esclareceu Iris.

Estagflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês de julho, referente ao período de 15 de junho a 15 de julho, apontou para uma inflação discreta de 0,17%. No entanto, a alta nos preços dos alimentos no primeiro semestre e de outros serviços no período de realização da Copa do Mundo, como passagens aéreas e hospedagem, que primeiro tiveram um aumento de 30% e depois caíram vertiginosamente, impulsionaram a inflação para baixo.

Para o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz, o termo estagflação deve ser usado com certo cuidado, já que as projeções são de estabilização da economia nos próximos meses e as demissões não devem atingir índices críticos. Braz avaliou que geralmente o mês de agosto é marcado por uma baixa demanda no comércio. "É um período que não temos data comemorativa, o que desaquece as vendas, reduzindo o volume de negócios", esclareceu o economista, prevendo ainda que deve começar em breve os preparativos para as festas de fim de ano no comércio, quando as vendas tomam uma outra dinâmica e bem mais otimista.

"Não é qualquer empresa que vai demitir nesse momento de preparação para o fim de ano. O funcionário treinado é importante para o comerciante, pois é ele quem vai ajudar nas vendas no período de maior aquecimento", destacou o economista. Em uma avaliação mais macro feita por Braz, o país está vivendo um ano mais complicado economicamente, o que naturalmente reflete nos negócios regionais. A perspectiva do PIB crescer abaixo de 1% este ano gera uma atividade mais discreta no setor de serviços, com menos contratação pelas indústrias e, conseqüentemente, o desaquecimento da economia.

O economista da FGV observou ainda o crescimento da classe C nos últimos anos, levando o aumento do consumo de bens e serviços antes não utilizados por essa camada da população. "A mulher vai mais ao salão fazer a unha, o proprietário de carro vai levar mais o veículo para um lava jato e a tendência é a elevação do valor desses serviços. Sendo que com o crescimento da economia em 1% vai desestimular esse quadro e, gradualmente, as pessoas vão novamente abrindo mão dos serviços mais caros e frequentes e tudo tende a estabilizar", esclareceu Braz.

Fonte: Jornal do Brasil – 24.08.2014

Receita abandona meta de crescimento de arrecadação para este ano

De acordo com secretário, resultado melhorará no segundo semestre, principalmente por causa da entrada de R\$ 18 bilhões do Refis da Crise

Agência Brasil

A queda real (descontada a inflação) de 1,6% na entrada de recursos no caixa do governo em julho levou a Receita Federal a abandonar a meta de crescimento da arrecadação neste ano. Segundo o secretário adjunto do órgão, Luiz Fernando Teixeira Nunes, o Fisco está revisando a meta de crescimento real de 2% na arrecadação em 2014.

Com o resultado de julho, a arrecadação federal acumula crescimento de apenas 0,01% acima da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De acordo com o secretário, a arrecadação melhorará no segundo semestre, principalmente por causa da entrada de R\$ 18 bilhões do Refis da Crise, programa de parcelamento de dívidas de contribuintes com a União. Mesmo assim, o desempenho será insuficiente para que a estimativa original seja alcançada.

"Seria prematuro anunciarmos agora o quanto seria esse ajuste [na previsão de arrecadação]. O que vemos é que a arrecadação de julho não correspondeu de fato ao que se esperava. O desempenho veio abaixo do esperado e certamente compromete o percentual anual [de crescimento]", explicou Nunes.

De acordo com o secretário adjunto, a nova estimativa só será apresentada no fim de setembro, quando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgar a nova versão do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, documento com estimativas sobre a economia e a execução

do Orçamento. Nunes informou que a Receita levará em conta, além do Refis da Crise, a evolução dos indicadores econômicos no segundo semestre.

“Os números estão sendo revistos e serão revelados no decreto de execução orçamentária. À medida que os meses se sucederem, e os resultados reais forem se concretizando, ajustaremos a estimativa de arrecadação”, declarou Nunes.

Em julho, a arrecadação foi impactada pelo menor número de dias úteis da Copa do Mundo em junho. Isso ocorreu porque os fatos geradores, como a queda da produção industrial e do consumo, só se refletiram no pagamento dos tributos a partir do mês seguinte. O secretário adjunto, no entanto, apontou outros fatores para a queda, como o baixo crescimento econômico no primeiro semestre e as desonerações federais.

O aumento das compensações tributárias também ajudou a reduzir a arrecadação em julho. Segundo Nunes, um pequeno grupo de grandes empresas (cujo setor não foi informado) pediu a compensação de cerca de R\$ 1,5 bilhão a mais do Imposto de Renda em julho deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado. Os pedidos vieram tanto de empresas cujos lucros no primeiro semestre foram menores que o estimado como de companhias que usaram prejuízos do ano passado para abater o pagamento de tributos neste ano.

Em relação à arrecadação de agosto, cujo resultado só será divulgado no fim de setembro, o secretário adjunto disse que o desempenho continuará a ser impactado pela segunda fase da Copa do Mundo, em julho. Ele, no entanto, destacou que o número será melhor por causa do recolhimento de R\$ 13 bilhões a R\$ 14 bilhões da parcela de adesão ao Refis da Crise.

“Em agosto, a arrecadação também será impactada pelo período da Copa. Mas é claro que devemos observar outras variáveis, como o Refis da Crise”, destacou. Os R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões restantes do Refis da Crise, informou o secretário, serão pagos até dezembro.

Fonte: Agência Brasil – 22.08.2014

Especialistas esclarecem direitos e deveres da Lei das Domésticas

Regulamentação entrou em vigor no dia 7 de agosto. É preciso respeitar a legislação para evitar multas

Rodolfo Costa - Correio Braziliense

Brasília – Mais de um ano depois de aprovada e 15 dias depois da regulamentação de boa parte da festejada Lei das Domésticas, que estendeu os direitos trabalhistas aos empregados domésticos, ainda persistem dúvidas sobre como contratar, o que pagar e o que recolher. Para respeitar a legislação e evitar multas, a reportagem ouviu especialistas e preparou um guia com esclarecimentos sobre o que já está em vigor, os padrões a serem seguidos e as penalidades em caso de descumprimento das normas.

Após a regulamentação da Lei Federal 12.964, no último dia 7, que prevê multas em casos de infrações trabalhistas, muitos empregadores agora correm atrás da regularização. Ainda que o tema gere incertezas sobre direitos e deveres das partes, é possível manter uma relação saudável e sem dor de cabeça. E tudo deve começar com o registro formal do funcionário.

O patrão tem até dois dias para assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Com a CTPS, o empregado deve entregar também o comprovante de inscrição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). É facultativa a apresentação de um atestado de saúde fornecido por

médico, e é possível propor um contrato de experiência de até 90 dias. “Deve ser firmado por escrito entre funcionário e patrão, podendo ser prorrogado uma única vez, desde que respeite o prazo máximo”, afirma.

A vantagem desse tipo de ferramenta é que, caso patrão ou funcionário não se entendam, a rescisão nesse período não tem ônus para o empregador, inclusive de aviso prévio. O presidente do Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, destaca que o empregado deve ter a carteira de trabalho assinada a partir do primeiro dia de trabalho, independentemente de ter ou não o contrato de experiência.

Para o especialista, a principal recomendação é assinar a carteira de trabalho com a data em que, de fato, o empregado começou a trabalhar, e efetuar o recolhimento do INSS desse período. “Se assinar com uma data errada, o patrão corre o risco de ser denunciado ou responder a uma ação trabalhista, quando o empregado se desligar do emprego”, explica Avelino.

RETROATIVIDADES Quem tem empregados domésticos não legalizados precisa analisar bem a melhor forma de legalizar a situação. Cálculos feitos por Avelino mostram que, para quitar o débito junto ao INSS de um trabalhador com 10 anos de casa, o patrão teria desembolsar um total de R\$ 19.830,95. Contudo, de acordo com a Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal (STF), a prescrição do recolhimento do INSS é de cinco anos. “Em outras palavras, em uma ação trabalhista, o empregador só seria obrigado a recolher de agosto de 2009 em diante. Contudo, por uma questão de respeito ao empregado e para evitar custos de um processo, recomendo que seja recolhido o valor de todo o período”, afirma.

De qualquer forma, o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom), que ainda precisa de aprovação da Câmara dos Deputados, prevê anulação das multas aplicáveis; redução de 60% dos juros de mora e de 100% sobre os valores dos encargos legais e advocatícios, o que representa uma redução de 26,5% do valor total. Além disso, permite o parcelamento da dívida em até 120 meses, com prestação mínima de R\$ 100.

Também estão pendentes de regulamentação no Projeto de Lei Complementar (PLP) 302/201 a obrigatoriedade de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos domésticos, assim como seguro-desemprego em caso de desligamento sem justa causa, auxílio-família, entre outros direitos que já valem para outros trabalhadores.

No Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Distrito Federal e das Cidades do Entorno, o telefone toca, ao menos, 20 vezes por dia. São patrões e funcionários preocupados com a regularização. “As dúvidas são praticamente as mesmas. A maioria referente aos direitos que ainda aguardam regulamentação. Explico quais direitos foram acrescentados, e ressalto que a assinatura da carteira não é novidade, ao contrário da jornada de trabalho e do pagamento de hora extra de 50% sobre a hora normal”, conta o presidente da instituição, Antônio Ferreira Barros.

Vários trabalhadores questionam o sindicato quanto à possibilidade de fazer acordos com os patrões. Muitos deles, ilegais. “Tem muita empregada doméstica achando que, se o patrão assinar a carteira, vai perder benefícios sociais do governo, como o Bolsa Família, o que não é verdade. Recomendo aos patrões que, se a pessoa insistir em trabalhar na irregularidade, não contrate ou continue com a funcionária”, afirma Barros.

Fonte: Correio Braziliense – 24.08.2014

XX Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho

"O trabalho faz mais vítimas do que a guerra", disse o diretor-geral da OIT Guy Ryder. Anunciou novos esforços para alcançar a conformidade com os padrões internacionais de segurança e saúde no trabalho em todo o mundo.



O Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, o Congresso Mundial XX sobre Segurança e Saúde no Trabalho.

FRANKFURT (Notícias da OIT) - O Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder instados a formar "uma cultura de intolerância para com os riscos no trabalho", falando para 4.000 participantes XX Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde Trabalho, disse que a segurança e a saúde será uma parte integrante do trabalho da OIT. Em seu discurso para os especialistas em segurança no trabalho, políticos e cientistas de 141 países reunidos em Frankfurt na Alemanha, a mais importante cúpula mundial sobre o assunto, Guy Ryder explicou que os esforços da OIT visam produzir um impacto maior sobre a cultura mundial relacionada à segurança e saúde no trabalho. "Ebola e tragédias são noticiadas diariamente nas manchetes e com razão. Mas óbitos relacionados ao trabalho não são reportados da mesma forma. Assim, a tarefa pela frente é de estabelecer uma cultura de consciência, continuou". Ryder mostrou que não garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável é uma forma de trabalho inaceitável. "Isso coloca a segurança e a saúde no mesmo lugar que o trabalho forçado, o trabalho infantil, liberdade de associação e discriminação, que foram reconhecidos na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho."

Ele acrescentou que a saúde e a segurança são parte integrante do trabalho da OIT, incluindo atenção especial às categorias invisíveis e vulneráveis de trabalhadores na economia informal, economia rural e os trabalhadores migrantes.

"O Ebola e tragédias, estão fazendo todas as manchetes do dia e com razão. Mas óbitos relacionados ao trabalho não são reportados da mesma maneira."

Salvar vidas, poupar dinheiro

"O desafio que enfrentamos é esmagador. No mundo, o trabalho produz mais vítimas do que a guerra, estima-se que a cada ano 2,3 milhões de trabalhadores morrem devido a acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho ", disse Ryder. Ele também se referiu aos custos diretos e indiretos da acidentes de trabalho e doenças profissionais, a OIT estima ascenderem a 2,8 trilhões (milhões de milhões) de dólares. Ryder disse que investir em segurança e saúde no trabalho é também um bom negócio. "Cada dólar investido, volta muitas vezes." Ryder também enfatizou a necessidade vital de dados confiáveis, "Nós vivemos na era da informação, em que os responsáveis pela tomada de decisão tem acesso a dados sobre a maioria das questões . Mas em

relação à segurança e saúde no trabalho nos falta a informação necessária para formular e implementar políticas e programas baseados em evidências. Este é um fracasso, também em consequência de uma falta de vontade política. " No entanto, o Diretor- Geral da OIT vê alguns sinais de esperança. "A importância da proteção do trabalho eficaz está emergindo na agenda política global. O G20 Leaders Summit, realizado em São Petersburgo, em 2013, recomendou que os líderes do Grupo de Trabalho do G20 se aliem com a OIT para analisar como o G20 pode contribuir para os locais de trabalho mais seguros". Durante décadas, a OIT tem sido responsável por estabelecer e promover normas internacionais de segurança e saúde no trabalho no mundo - com 40 convenções em matéria de SST - e é líder na criação e difusão de conhecimentos sobre segurança e a saúde dos trabalhadores e locais de trabalho. O Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho trienal é organizado conjuntamente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS) e este ano é pelo acidente Assistência Social Insurance alemão (DGUV).

Fonte: ilo.org – 26.08.2014

Pouco conhecido, serviço de voo gratuito em aviões da FAB garante viagem de ‘carona’ à cidadão

Com trajetos para todo território nacional, voos da FAB em missões especiais permite que qualquer pessoa pegue “carona” nas aeronaves. Não há limites de vezes para usar o serviço.



Cidadão precisa consultar programação, se inscrever e ter paciência para esperar (Divulgação)

Um serviço pouco conhecido, mas disponível a qualquer cidadão são as viagens aéreas gratuitas em todo território nacional nas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). As viagens não têm nenhum custo ao cidadão, mas só ocorrem em voos programados para lugares onde a FAB realizará missões ou serviços.

Qualquer pessoa pode tentar um lugar nos voos, desde que procure o serviço com antecedência, tenha paciência e conte com a sorte para encontrar vagas livres. De acordo com o site oficial da FAB, o cidadão que deseja acessar as viagens gratuitas precisa fazer uma inscrição no Correio Aéreo Nacional (CAN) e consultar a programação de voos

No caso de Manaus, o CAN fica localizado na Base Aérea da capital, no Aeroporto Ponta Pelada, no bairro Crespo, na Zona Sul da cidade. Cópias da identidade e comprovante de residência

devem ser anexadas ao cadastro. Por aqui, as viagens mais procuradas são entre capitais brasileiras.

De acordo com a FAB, não é preciso pagar nenhuma quantia para embarcar nas aeronaves porque as viagens ocorrem aproveitando a estrutura de alguma missão previamente planejada, o que faz com que o passageiro não seja oneroso. Também não há limite de vezes que o cidadão pode usar as aeronaves, mas o serviço está condicionado à disponibilidade de vagas e de aeronave para o destino desejado

As viagens podem ser desconfortáveis, uma vez que não há como saber que modelo de aeronave estará disponível para o destino desejado. O voo pode ser realizado em uma aeronave exclusiva para transporte de pessoas, o que garante conforto, ou de carga que torna a experiência única

No caso de pessoas que procuram a FAB pedindo o transporte de um familiar doente para tratamento médico, o contato deve ser feito com o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (Salvaero).

Missões

O sistema atua sobre a Amazônia e oceano Atlântico numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados organizado para realizar missões de busca e salvamento. Apesar de ter como principais atribuições localizar ocupantes de aeronaves ou embarcações em perigo, resgatar tripulantes e vítimas de acidentes aeronáuticos ou marítimos, o sistema também faz o transporte de pessoas doentes.

O serviço recebe o nome de “missões de misericórdia”. A solicitação deve ser feita previamente com o Salvaero. Quem estiver interessado em pleitear uma carona nas aeronaves da FAB pode obter outras informações no site www.fab.mil.br. Basta procurar o guia "perguntas frequentes", no canto superior direito da página e depois acessar o item “Viajar em Aeronaves da FAB”

Fonte: Por Jornal A Crítica.com – 24.08.2014

Filiado a:

